



3 e 4 de dezembro

III Encontro

de Educação, Direitos Humanos,
Gênero e Sexualidade

REFLETINDO SOBRE GÊNERO NOS ANOS INICIAIS: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO A PARTIR DE NARRATIVAS DE CONFLITO

Ana Carolina Protásio Cavalcanti
Gabriela Maria dos Santos
Maria Sara de Barros Teixeira
Virna Vasconcelos Lopes Sales

RESUMO

Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre relações de gênero em uma turma de 5º ano do Ensino Fundamental I, em um contexto de escola quilombola. A pesquisa busca desestabilizar estereótipos reproduzidos pelo currículo oculto. A Metodologia utilizada foi o Teatro do Oprimido com "Narrativas de Conflito" encenadas, visando o diálogo e a reflexão crítica. Os Resultados indicaram que, embora os estudantes adotassem um discurso de igualdade nas encenações, suas reações espontâneas revelaram a persistência de concepções binárias. O uso do lúdico mostrou-se um potente dispositivo pedagógico para gerar empatia e reflexão. Conclui-se que o trabalho com gênero nos anos iniciais é essencial, reafirmando a escola como um espaço de formação ética e política comprometida com a equidade e a justiça social, por meio do reconhecimento e da problematização das diversidades.

Palavras-chave: Gênero. Currículo Oculto. Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma intervenção pedagógica voltada à reflexão sobre as relações de gênero nos anos iniciais do Ensino Fundamental I, fundamentada em referenciais feministas e críticos. Parte-se da compreensão de que a escola, muitas vezes de forma não intencional, torna-se espaço de reprodução de desigualdades e estereótipos de gênero por meio do currículo oculto. Inspirada em Maria Eulina Pessoa de Carvalho (2010), para quem gênero “é um conceito complexo e de difícil sensocomunicação”, a proposta buscou aproximar a discussão teórica das práticas educativas, promovendo experiências formativas com estudantes do 5º ano em uma escola quilombola.

A escolha do contexto quilombola foi intencional, pois permitiu articular gênero, raça e território, destacando suas interseccionalidades. A intervenção utilizou narrativas de conflito encenadas e rodas de conversa como estratégias para favorecer a escuta ativa, o diálogo e o pensamento crítico sobre as diferenças, os modos de ser menino ou menina e as expectativas sociais

que limitam suas experiências escolares. Com base em uma pedagogia da escuta e da empatia, conforme defendido por Hooks (2013), acredita-se que pequenas experiências de sensibilização podem ampliar horizontes e fortalecer um processo educativo mais justo e igualitário.

Refletir sobre gênero na escola é um desafio urgente. Embora documentos como a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) defendam a promoção da equidade, o cotidiano escolar permanece permeado por práticas que reforçam desigualdades entre meninas e meninos. Partimos do entendimento de que gênero e currículo são construções discursivas (Louro, 2013) e que, mesmo em seus silêncios, o currículo ensina normas de masculinidade e feminilidade, naturalizando padrões considerados “normais” e marginalizando expressões dissidentes.

Compreender o gênero como construção cultural e pedagógica implica reconhecer que ele é produzido nas relações sociais e nos ambientes de aprendizagem, sendo reforçado por práticas discursivas e institucionais (Louro, 1997). Essa perspectiva estende-se à análise curricular, permitindo problematizar significados ocultos e desestabilizar concepções naturalizadas. Todavia, a complexidade do currículo impede definições fixas e imutáveis, como discute Silva (2015), cujo trabalho evidencia a natureza histórica, localizada e disputada do conceito.

A escola, enquanto espaço de formação ética, política e social, desempenha papel central na reprodução de concepções sobre identidades de gênero e sexualidades. Para além do currículo formal, o currículo oculto reforça estereótipos, desigualdades e hierarquias (Mendes & Silva, 2016). Desde a educação infantil, observa-se a delimitação do que seria apropriado para meninos e meninas, seja nas brincadeiras, nos espaços, nos comportamentos ou nas expectativas docentes, incluindo a marcação de que o magistério seria uma profissão “naturalmente” feminina.

Diante disso, a ludicidade desponta como instrumento pedagógico potente na desconstrução de estereótipos. Teixeira et al. (2021) destacam que práticas mediadas pelo lúdico favorecem a participação crítica e igualitária dos sujeitos, rompendo com padrões binários que restringem experiências, especialmente de meninas. Ao integrar o lúdico ao ensino, amplia-se o diálogo, a expressão e a empatia, transformando a escola em um espaço mais humanizado e equitativo.

Nessa direção, as reflexões de Hooks (2013) sobre educação como prática da liberdade reforçam a importância do diálogo e da escuta sensível para promover relações educativas democráticas. A escuta torna-se fundamental quando se aborda gênero, pois legitima experiências diversas e fomenta a construção coletiva de novos significados.

Assim, a intervenção aqui apresentada buscou trabalhar questões de gênero de maneira simples, direta, lúdica e envolvente, ao mesmo tempo em que permitiu observar como tais questões

se manifestam no currículo oculto. A atividade possibilitou tanto a reflexão das crianças quanto a análise de como percebem, e vivenciam, as relações de gênero no cotidiano escolar.

METODOLOGIA

A atividade foi realizada com uma turma de 32 estudantes, sendo 17 meninos e 15 meninas. Inicialmente, os/as estudantes foram orientados/as a se organizar espontaneamente em seis grupos, desde que cada grupo tivesse pelo menos seis integrantes. A organização escolhida revelou padrões interessantes: dois grupos formados apenas por meninas, dois grupos exclusivamente masculinos e dois grupos mistos, um majoritariamente feminino (com dois meninos) e outro majoritariamente masculino (com duas meninas). Houve necessidade de pequenos ajustes mediados pela professora, mas as formações iniciais evidenciaram preferências espontâneas.

Em seguida, explicamos que a dinâmica utilizaria princípios do Teatro do Oprimido, método desenvolvido por Augusto Boal, voltado à análise e transformação de situações de opressão por meio de jogos, exercícios e cenas teatrais. Cada grupo recebeu uma “Narrativa de Conflito”, estruturada a partir de uma tensão central que deveria ser encenada e transformada. As narrativas contemplavam situações envolvendo desigualdade de gênero, tais como: meninas impedidas de jogar futebol, meninos desencorajados a dançar balé, e comentários considerados “coisas de menino” ou “coisas de menina”.

Com os grupos formados, cada um recebeu sua história e realizou a leitura coletiva. As professoras circularam entre os grupos, iniciando breves diálogos sobre o conteúdo da narrativa e a opinião dos/as estudantes sobre a situação apresentada. As primeiras reações foram significativas: O grupo 1 afirmou que meninas podem jogar bola; O grupo 2 considerou a narrativa “machista”, embora não conseguisse explicar o conceito, recorrendo a brincadeiras e “zoações”; O grupo 3 classificou a história como “triste”, justificando que “as mulheres podem tudo”; O grupo 4 apresentou posicionamento firme em defesa do direito das meninas jogarem futebol; O grupo 5 debateu se o balé seria exclusivo para meninas, chegando a opiniões divergentes; O grupo 6 descreveu a situação como injusta.

Durante as apresentações, propusemos que alguns personagens fossem trocados, permitindo que outro/a estudante, ao entrar na cena já em andamento, pudesse alterar o desfecho. Todos/os optaram por finais positivos, reforçando mensagens como “meninas também podem jogar futebol” e “meninos podem dançar balé”. A cada apresentação, realizamos pausas para refletir coletivamente sobre as cenas e relacioná-las ao cotidiano escolar. Em várias situações, os/as estudantes

reconheceram que episódios semelhantes já haviam acontecido na própria turma, o que favoreceu o engajamento e o vínculo com a atividade.

Após algumas encenações, perguntamos se, na realidade, adotariam as mesmas posturas performadas na peça — especialmente no caso do menino que dançava balé. Houve risos e constrangimentos. Alguns afirmaram que não dançariam por “não gostar”, enquanto outro estudante disse explicitamente que “balé é dança de menina”. Esse contraste evidenciou que, embora soubessem qual postura seria considerada socialmente “correta”, suas práticas cotidianas nem sempre correspondem ao discurso apresentado em cena.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A intervenção permitiu observar que concepções sobre gênero estão profundamente enraizadas no cotidiano escolar, sendo naturalizadas e reproduzidas no currículo oculto (Mendes & Silva, 2016). As narrativas encenadas revelaram tensões entre o discurso de igualdade e as atitudes que mantêm distinções rígidas entre o que seria “de menino” e “de menina”. As respostas e reações dos/as estudantes demonstraram que a desconstrução de estereótipos é um processo gradual, que exige tempo, diálogo e espaços de escuta capazes de fomentar a partilha e a ressignificação de experiências.

O uso do lúdico, inspirado no Teatro do Oprimido, mostrou-se um dispositivo pedagógico potente. Ao encenar e reinventar situações de conflito, as crianças puderam experimentar simbolicamente outras formas de ser e agir. Como defendem Teixeira et al. (2021), o lúdico ultrapassa a esfera do entretenimento quando articulado à crítica social, oferecendo oportunidades para desenvolver empatia, reflexão e novas interpretações sobre situações injustas. Embora algumas ações tenham sido performativas, mais adequadas ao que se espera do que verdadeiramente internalizadas, o exercício de imaginar finais alternativos abriu brechas para construir sentidos mais igualitários e sensíveis às diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos referenciais de Bell Hooks (2013), entende-se que o ato educativo, quando pautado pela escuta sensível, pelo diálogo e pelo reconhecimento das experiências dos sujeitos, constitui-se uma verdadeira prática da liberdade. Nesse sentido, o projeto evidenciou que trabalhar as questões de gênero nos anos iniciais é não apenas possível, mas essencial e necessário para fortalecer uma educação comprometida com equidade e com a justiça social.

As resistências e contradições presentes nas falas das crianças demonstram que processos de mudança não se efetivam de forma imediata, mas se iniciam no reconhecimento das diferenças e na abertura para problematizar aquilo que socialmente se compreende como “normal”.

Dessa maneira, ao integrar ludicidade, escuta ativa e reflexão crítica, a intervenção reafirma a escola como um espaço de formação ética, política e sensível às diversidades, onde é possível aprender a conviver com as diferenças e construir, coletivamente, novas formas de ser, pensar e estar no mundo.

REFERÊNCIAS

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Gênero é um conceito complexo e de difícil sensocomunicação: considerações a partir de uma experiência de formação docente. **Revista Instrumento**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 1–15, 2010.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero é um conceito complexo. *In*: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 25–38.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes (org.) *et al.* **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo da educação**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MENDES, Gigliola; SILVA, Lucrécia Bezerra da. A educação em gênero e sexualidades na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal: do currículo oculto ao Currículo em Movimento. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, v. 7, n. 4, p. 21–28, nov. 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias de currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

TEIXEIRA, Viviane Gomes; SILVA, Lohrene de Lima da; SEQUEIRA, Sarah Corrêa Moreira de; SILVA, Fernanda Arruda Nogueira Gomes da. Contribuições da ludicidade na desconstrução do currículo oculto masculinizado. *In*: _____. **O lúdico em redes: reflexões e práticas no Ensino de Ciências da Natureza**. Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2021. p. 145–170.